Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Exame de Direito Processual Civil II - TAN
Regência: Professora Doutora Isabel Alexandre
Exame Escrito – Época de recurso
21 de Julho de 2025 - Duração: 90 minutos

Antónia (A) é proprietária de um apartamento junto à praia de S. João da Caparica. No dia 1 de Junho de 2025, **Carlos (C)**, aproveitando o facto de ninguém estar no imóvel, ocupou-o sem a autorização de **A**, a fim de desfrutar do bom tempo durante os feriados que se aproximavam. Umas semanas mais tarde, quando soube do sucedido, **A** dirigiu-se imediatamente ao apartamento, mas encontrou-o já devoluto. **C** já saíra de casa e levava consigo diversos bens móveis que lá se encontravam, incluindo uma colecção de relógios no valor de €20.000,00.

Suponha que **A** propõe uma acção contra **C**, em que pede que este seja condenado: (i) a restituir-lhe as coisas que se encontravam no apartamento e que foram furtadas por **C**, incluindo a colecção de relógios e (ii) a pagar-lhe uma indemnização pelos danos resultantes da privação do uso do apartamento, no valor de €10.000,00.

1) Pronuncie-se acerca do objecto da presente acção (3 valores)

- Cumulação de pedidos simples (art. 555.º)
- Cumulação admissível, por haver compatibilidade substantiva entre os dois pedidos (art.º 555.º/1, 1.ª parte), por ambos seguirem a mesma forma de processo (comum) e porque o tribunal absolutamente competente para conhecer de ambos os pedidos seria o mesmo (art. 555.º/1, 2.ª parte e 37.º/1). Seria valorizada a resposta que fizesse referência à questão de saber se se deve exigir uma conexão objectiva “mínima” entre os pedidos cumulados.
- o primeiro pedido é genérico. Esse pedido seria, em parte, admissível: no tocante à entrega de uma universalidade de facto, art. 556.º/1, al. a). Relativamente às outras «coisas que se encontravam no apartamento», haveria uma indeterminação do pedido, o qual, neste ponto, carecia de ser especificado. Excepção dilatória inominada, susceptível de ser suprida por via de concretização do pedido. Discussão sobre a admissibilidade de um despacho pré-saneador, convidando o autor a sanar a excepção (arts. 6.º/2, 7.º/1 e 590.º/2, al. a)).

2) Na contestação, **C** nega que tenha ocupado injustificadamente o apartamento dos autores e, de todo o modo, desconhece se os autores sofreram algum dano. **C** aproveita para pedir a condenação de **A** restituir-lhe 1.000,00 euros que lhe emprestara e que **A** ficara de lhe devolver até ao final do ano de 2025 (4 valores)

- C impugna factos alegados por A (art. 574.º/1)
- A declaração de que não sabe se o facto alegado por A é verdadeiro equivale a impugnação (art. 574.º/3)

- C formula pedido reconvençional (art. 266.º).
- Problema da diversidade de formas de processo: o pedido formulado por C seguia forma de processo especial (Decreto-Lei n.º 269/98). A reconvenção não seria admissível, salvo se o juiz a autorizasse, proferindo despacho de adequação formal (art. 37.º/2 e 3 e 547.º)
- Problema da falta de conexão objectiva entre o pedido reconvençional e o pedido do autor (art. 266.º/3), que geraria uma excepção dilatória inominada e, consequentemente, a absolvição do autor reconvinde da instância reconvençional (arts. 278.º/1, al. e) e 279.º);
- Seria valorizada a menção ao problema – discutível – de saber se o tribunal poderia convidar o réu a convolar o pedido reconvençional numa compensação de créditos, relativamente à qual já haveria conexão objectiva, nos termos do art. 266.º/2, al. c) (ainda que o pedido pudesse ser julgado improcedente, art. 853.º, al. a) CC). Sentido e alcance dos princípios do dispositivo (art. 3.º/1), por um lado, e da cooperação (art. 7.º/1) e da gestão processual (art. 6.º/1), designadamente, quando está em causa a reformulação do pedido (e não apenas da causa de pedir) ou o aperfeiçoamento dos articulados.
- O pedido de C era, também, um pedido de condenação no cumprimento de obrigação inexigível (condenação *in futurum*): art. 610.º/2, al. a)).

3) A pensa ter visto um dos seus relógios à venda no portal OLX e pretende saber se, já na pendência da acção, existe algum meio processual que permita recuperar rapidamente os relógios furtados. (4 valores)

- Âmbito e finalidade dos procedimentos cautelares (arts. 362.º e ss.). Pressupostos: probabilidade séria da titularidade do direito, fundado receio de lesão grave e dificilmente reparável (art. 362.º/1 e 368.º/1) e proporcionalidade (art. 368.º/2)
- Discussão sobre a admissibilidade de uma providência de restituição provisória da posse (arts. 377.º e ss.), a qual pressupõe o esbulho violento. Em alternativa, A poderia requerer uma providência no âmbito de um procedimento dito comum ou não especificado (arts. 362.º e ss. e 379.º)

4) Na audiência prévia, A pretende arrolar como testemunha a D.^a **Gertrudes**, que vive no apartamento do lado e há longos anos conhece a autora, pretendendo com isso provar que ela é proprietária do apartamento ocupado por C e que este o ocupou ilícitamente durante o mês de Junho. Na audiência final, no entanto, **Gertrudes** nega alguma vez ter visto C no prédio ou nas cercanias. Pode o tribunal ter em conta o depoimento de **Gertrudes** para julgar como não provado que C ocupou o imóvel? (4 valores)

- As testemunhas são arroladas com os articulados (art. 552.º/6), embora o autor pudesse alterar o rol de testemunhas na audiência prévia ou até 20 dias antes da realização da audiência final (art. 598.º/1 e 2)

- Inadmissibilidade da prova testemunhal para provar a titularidade do direito sobre o imóvel (art. 393.º/1 CC), facto que apenas poderia ser provado por documento (arts. 364.º/1 e 875.º CC)
- Admissibilidade da prova testemunhal para a prova do ilícito
- O tribunal podia valorar o depoimento testemunhal em sentido desfavorável à parte que a arrolara: princípio da aquisição processual (art. 413.º).

5) Na sentença, o tribunal considera que não se provou que **A** tivesse sofrido algum dano. No entanto, por considerar provado que **C** se locupletou injustificadamente por ter usado uma coisa que não lhe pertencia, condena **C** no pagamento de €10.000,00 a título de restituição do enriquecimento sem causa. *Quid juris?* (4 valores)

- Diversidade de pedidos entre a condenação no pagamento de uma indemnização e na restituição do enriquecimento sem causa (art. 581.º/3); também as causas de pedir seriam diversas (art. 581.º/4);
- Princípio dispositivo e sub-princípio do pedido (art. 3.º/1). Âmbito dos poderes de cognição do tribunal (art. 608.º/2, *in fine*), excesso de pronúncia (art. 609.º/1) e nulidade da sentença, por condenação em objecto diverso do pedido (art. 615.º/1, al. e), 2.ª parte)
- Seria, porém, valorizada a discussão sobre a possibilidade de o tribunal, nos termos do art. 5º, n.º 3 do CPC - e sem prejuízo de dever observar o disposto no art. 3º, n.º 3 - condenar C no montante pedido a título de enriquecimento sem causa
- Aparentemente, o tribunal nada diz quanto ao pedido de restituição: omissão de pronúncia (arts. 608.º/2), também ela fundamentadora da nulidade da sentença (art. 615.º/1, al. d), 1.ª parte).

Apreciação global: 1 valor